

Retomada do crescimento

Economia - Brasil

O GLOBO Segunda-feira, 23/9/85

ECONOMIA • 17

adia aumento de impostos

BRASÍLIA — Não haverá choque fiscal em 86, garantem os principais assessores do Ministério do Planejamento. O choque fiscal que está descartado significa que não se devem esperar cortes nos gastos públicos ou aumentos de impostos que impliquem recessão da atividade econômica.

Essa decisão de não promover corte profundo do déficit público é sustentada por duas razões principais. A primeira é que a política de redução expressiva do déficit foi tentada durante três anos e, embora o País tenha sofrido uma forte recessão, não se conseguiu debelar a inflação.

Em segundo lugar, 86 será marcadamente um ano político, com eleições gerais para os principais cargos dos executivos estaduais e do legislativo, e uma redução drástica dos gastos do Governo é considerada suicídio político.

O País trilhará, portanto, o caminho do crescimento econômico em 86. Não um crescimento moderado,

em torno dos cinco a seis por cento ao ano. As principais autoridades econômicas afirmam que qualquer acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) terá que levar em consideração a premissa do crescimento.

O déficit público para 86 foi projetado em Cr\$ 211 trilhões e o Governo já anunciou que está disposto a cortar apenas Cr\$ 90 trilhões (ou Cr\$ 31 trilhões, a preços de 85), através do aumento de impostos, da redução dos gastos das empresas estatais, da redução das taxas de juros do mercado interno, e da recomposição das tarifas públicas.

Uma comparação com o que foi cortado este ano (Cr\$ 39,2 trilhões) mostra que a meta no campo da redução do déficit público é bem mais modesta.

A mudança de tratamento com relação ao déficit público pode ser verificada através da estratégia oficial para o combate à inflação, que repousa sobre três medidas principais: o reequilíbrio financeiro do se-

tor público, a redução das taxas de juros e a criação de mecanismos que estabilizem os preços agrícolas. Antes, o enfoque era basicamente sobre o corte de despesas.

O Governo quer que a economia cresça seis por cento em 86, gerando 1,3 milhão de novos empregos. Para que isso aconteça, afrouxará um pouco os controles sobre as importações, que deverão crescer 10,3 por cento, contra zero este ano. As exportações deverão crescer menos: em torno de sete por cento.

Todas as metas fixadas no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e no orçamento geral da União do próximo ano pressupõem que o País reduza o seu pagamento com juros da dívida externa.

A obtenção de um crescimento de seis por cento dependerá também do êxito do Governo em reduzir as taxas de juros do mercado interno em termos reais (descontada a inflação).

RIBAMAR DE OLIVEIRA

PRINCIPAIS METAS ECONÔMICAS PARA 86

BRASÍLIA — O governo está trabalhando com os seguintes indicadores econômicos para 86:

1. Crescimento de seis por cento do Produto Interno Bruto.
2. Taxa média de inflação de 160 por cento e de 140 por cento ao final de dezembro.
3. Corte no déficit público (incluindo aumento de impostos e redução nos gastos das estatais) de Cr\$ 31 trilhões (a preços de 85) ou de Cr\$ 90 trilhões a preços de 86.
4. A taxa de juros dos títulos públicos (ORTNS e LTNS) ficará em 18 por cento ao ano acima da correção monetária.
5. Crescimento médio de sete por cento para a indústria.
6. Crescimento de seis por cento para a indústria da construção civil.
7. Crescimento médio de cinco por cento para a agricultura.
8. Crescimento mínimo de 4,5 — quatro vírgula cinco — por cento para os produtos

agropecuários destinados ao mercado interno (milho, arroz, feijão, mandioca, batata, leite, ovos e carnes).

9. Crescimento de 5,5 por cento para os produtos agropecuários destinados à exportação (soja, algodão, café, cacau, amendoim, laranja, fumo, açúcar, algumas carnes e pescados).

10. Construção de 325 mil novas casas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

11. Aplicação de Cr\$ 24 trilhões (a preços de 85) pelo Programa de Prioridades Sociais (PPS).

12. O valor da dívida externa líquida ao final de 86 será de US\$ 95,89 bilhões.

13. O déficit público está estimado em Cr\$ 211 trilhões (a preços de 85) antes do corte. Desse total, Cr\$ 121 trilhões serão financiados pela emissão de papel moeda e pela colocação de títulos públicos no mercado.

14. Previsão de taxa de juros no mercado internacional de 11,6 por cento (Libor mais

sobretaxas e comissões cobradas pelos bancos credores).

15. Superávit comercial (exportações menos importações) de US\$ 12,5 bilhões, com vendas de US\$ 27,5 bilhões e compras de US\$ 15 bilhões.

16. Previsão de crescimento médio do comércio internacional de 3,8 por cento.

17. Os pagamentos dos subsídios ao trigo ficarão em Cr\$ 17 trilhões e as despesas com subsídios ao açúcar e álcool em Cr\$ 1,2 trilhão. Os gastos com a comercialização dos produtos agrícolas ficarão em Cr\$ 3,9 trilhões.

18. As amortizações e os encargos da dívida pública (interna e externa) chegam a Cr\$ 202,3 trilhões, sendo Cr\$ 42,4 trilhões para amortização e Cr\$ 159,9 trilhões para os encargos.

19. Os gastos com pessoal da administração direta foram fixados em Cr\$ 96,9 trilhões.